Previdência Social

Social Security

Epifania II, 1998

Epiphany II

Acácio de Jesus Souza Sobral

Social Security

Claudio Alberto Castelo Branco Puty¹

Social security in Brazil is composed of different regimes, the most important of which is the General Social Security System (RGPS), under the responsibility of the National Institute for Social Security (INSS). Besides the RGPS, there are about 2,100 Special Social Welfare Policies (RRPS) for civil servants of the Federal, State and Municipal government (2,053 municipalities).

According to the Social Security Statistical Yearbook (AEPS), about 70% of the Brazilian population lives in municipalities that have a specific social security system, with about 9.8 million persons insured, being 63% of them active civil servants, and 37%, retired ones and pensioners (ANUÁRIO..., [2017]).

The RGPS is one of the biggest social security systems in the world, having paid, in 2016, more than 33 million benefits and having an impact on the income of more than 100 million Brazilians, that is, of half of the country's population. It works, in fact, as a broad mechanism of redistribution for the poorest strata of the population: in 2017, 63% of the beneficiaries received up to a minimum wage and, another 27%, between 1 and 3 minimum wages.

The same is true for the economy of municipalities once, according to data of 2012 from the former Ministry of Social Security, in 3,996

¹ Ph. D in Economics from the New School for Social Research, United States of America - USA. Graduate Program in Economics, University of Pará - UFPA. Ex-Executive Secretary of Labor and Social Security.

Previdência Social

Claudio Alberto Castelo Branco Puty¹

A previdência Social no Brasil é composta de múltiplos regimes, onde o mais importante é o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Além do RGPS, temos cerca de 2 100 regimes próprios dos servidores públicos (RRPS) da União, Estados e 2 053 Municípios.

Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), cerca de 70% da população brasileira está em municípios que possuem regimes próprios de previdência, com cerca de 9,8 milhões de segurados, sendo 63% de servidores ativos e 37% de aposentados e pensionistas (ANUÁRIO..., [2017]).

O RGPS é considerado um dos maiores sistemas previdenciários do mundo, tendo pago, em 2016, mais de 33 milhões de benefícios e impactando indiretamente a renda de cerca de mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras, ou seja, metade da população do Brasil. Funciona, assim, como um enorme mecanismo redistributivo para os extratos mais pobres da população, já que em 2017, 63% dos beneficiários receberam até um salário mínimo e outros 27% receberam entre 1 e 3 salários-mínimos.

O mesmo é válido para a economia dos municípios, já que, segundo dados de 2012 do extinto Ministério da Previdência, em 3 996 municípios brasileiros o pa-

¹ Ph.D. Economia, New School for Social Research, Estados Unidos da América - EUA. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Pará - UFPA. Ex-Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Brazilian municipalities the payment of RGPS benefits surpassed the transfers from the Municipal Participation Fund (FPM). That means 71.8% of the total municipalities in the country, a significant part of which are small and poor. According to municipal population estimates, released by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), most of the Brazilian municipalities in 2017 (68.3%) had up to 20 thousand inhabitants. It is worth mentioning that, although the impact of social security transfers is bigger on smaller municipalities, its grant is also significant to big ones, once that amount has surpassed the FPM to São Paulo and to Rio de Janeiro, for example.

Brazil experienced, between 2004 and 2014, a process of considerable reduction of poverty and to some extent, of the income inequality measured by the Gini Index. In that period, the index fell from 0.570 to 0.515 and the reduction of extreme poverty was of at least 63%. The improvements in the well-being of Brazilians in those ten years are directly related to the increase of monthly household income per capita, where social policies played a relevant role. The real rise of the minimum wage and the expansion of the social security system were crucial for that result, since social security and social assistance transfers with floor benefits linked to the minimum wage protect several strata of the population against poverty. This fact is clear in the statistics of poverty in the elderly population, which has been smaller than among the non-elderly, according to the Institute of Applied Economic Research (Ipea) (POBREZA..., 2013).

In 2011, the proportion of poor elderly was 4.8% and that of non-elderly ones reached 16.7%. According to the Secretariat of Social Security of the Ministry of Finance, more than 81.7% of the population aged 60 and over received some type of social security benefit in 2015 (PESSOA..., 2017). Unfortunately, after 2016, we started a regressive cycle where, associated with the rise of social inequality, comes an explosion of extreme poverty. Data of April 2018 show that, in the metropolitan area of São Paulo, extreme poverty increased by the surprising level of 35% in one year (VILLAS BÔAS; GUIMARÃES, 2018).

The social security system in Brazil was conceived in the Federal Constitution of 1988. Yet, part of what is stated there has never been totally implemented, because of the strong opposition by conservative sectors in the National Congress and in the Executive Power in years following the promulgation of the Magna Carta.

Among the most relevant aspects of the social security system in the 1988 Constitution is the establishment of the State as the organizer of

gamento de benefícios do RGPS ultrapassou os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Isso representa 71,8% do total de municípios do Brasil, boa parte deles pequenos e pobres. Segundo as estimativas populacionais dos municípios, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maior parte dos municípios brasileiros em 2017 (68,3%) possuía até 20 mil habitantes. É importante mencionar que, ainda que o impacto das transferências previdenciárias seja mais visível em municípios menores, seu montante é também significativo em grandes municípios, já que tem sido superior aos repasses do FPM em São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo.

O Brasil viveu, entre 2004 e 2014, um processo de diminuição considerável de sua pobreza e redução, ainda que moderada, da desigualdade de renda medida pelo índice de Gini. Entre 2004 e 2014, o índice caiu de 0,570 para 0,515 e a queda na taxa de pobreza extrema de 2004 para 2014 foi de pelo menos 63%. As melhorias no bem-estar dos brasileiros e brasileiras nesse período estão diretamente relacionadas ao aumento da renda domiciliar *per capita*, onde a política social teve papel relevante. Os aumentos reais do salário mínimo e a expansão do sistema de seguridade social foram cruciais para tal resultado, já que as transferências da previdência e da assistência social com benefícios de piso atrelado ao salário mínimo protegeram vastas camadas da população contra a pobreza. Esse fato se reflete nas estatísticas de pobreza entre idosos, que tem sido menor do que a entre não-idosos, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (POBREZA..., 2013).

Em 2011, a proporção de idosos pobres foi de 4,8% e a de não-idosos chegou a 16,7%. Segundo ao Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda, mais de 81,7% da população maior de 60 anos recebia algum benefício da seguridade social em 2015 (PESSOA..., 2017). Infelizmente, a partir de 2016, entramos em um ciclo regressivo, onde, associado ao aumento da desigualdade social, verifica-se uma explosão da pobreza extrema. Dados de abril de 2018 mostram que, na região metropolitana de São Paulo, a pobreza extrema cresceu impressionantes 35% em um ano (VILLAS BÔAS; GUIMARÃES, 2018).

O sistema previdenciário público do Brasil foi configurado na Constituição Federal de 1988, ainda que parte do ali estabelecido nunca tenha vingado plenamente, por conta da firme oposição de setores conservadores do Congresso Nacional e do Executivo nos anos seguintes à promulgação da Carta Magna.

Dentre os aspectos mais relevantes do sistema previdenciário na Constituição de 1988 está a definição do papel do Estado como organizador de um sistema

a social security system that is integrated in several aspects, but particularly from the perspective of funding (Articles 165, 204 and 58 of the Transitional Provisions). That system – formed by health, (rural and urban) social security, social assistance and unemployment insurance – became entitled to a specific budget, whose sources of revenue would be social contributions (basically from the payroll of salaried persons and from company profits) and general taxes or tax contributions such as the Contribution for the Financing of Social Security (COFINS). As important is the fact that the system created mechanisms for participatory social control, based on a quadripartite model of management (including retired persons) to guarantee the application of organizing principles of the system by the successive governments.

There was immediate opposition, by the sectors defeated in the National Constitutional Assembly, to what had been stated in the Constitution. In 1988, the Executive Power granted the Ministry of Finance the management of the Social Security Financial Administration Institute (IAPAS, later the National Institute for Social Security - INSS, after the merging, in 1990, with the National Social Security Institute - INPS). That led to strong protests by assembly members, who considered that maneuver a way to divert the resources that should be spent on social security to other government expenses. By the end of that presidential office, the government had failed to comply to several constitutional statements, for example, to create a law to organize social security and to set a specific budget for social security. On the contrary, they preferred to take measures in order to fragment social security, by means of sector laws for social security and health, for example. The government took measures that led to the capture of constitutional resources linked to the Social Security Budget for financing the public deficit; they did not meet the constitutional demand of transferring fiscal resources to social security; according to Azeredo (1990), the government spent more than half of the revenue expected from the COFINS tax collection, in 1989, to pay the Union's inactive servants and pensioners, a completely unconstitutional measure.

Only in 1991, did the Social Security Organic Law (8,212/91) come into effect, followed by Law 8,213, also of 1991, which deals with social security benefit plans.

In the last 20 years, there were a series of social security reforms of different levels of reach, aimed at effecting changes in both the general social security system and the special social welfare services for civil servants. The most important changes came from Constitution Amendments no. 20/98, 41/2003, 47/2005, 70/2012. Also relevant was Law 12,618/12,

de seguridade integrado sob diversos aspectos, mas particularmente do ponto de vista do financiamento (Artigos 165, 204 e 58 das Disposições Transitórias). Esse sistema – composto pela saúde, previdência social (rural e urbana), assistência social e seguro-desemprego – passou a contar com um orçamento específico, cujas fontes de receitas seriam contribuições sociais (fundamentalmente a partir da folha de pagamento dos assalariados e lucros das empresas) e tributos gerais ou contribuições de caráter tributário como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Por último, e não menos importante, definiu mecanismos de controle social participativo, a partir de gestão quadripartite (incluindo aposentados) para garantir o cumprimento dos princípios organizadores do Sistema por parte dos sucessivos governos.

A oposição ao estabelecido pela Constituição foi imediata por parte dos setores derrotados na Assembleia Nacional Constituinte. Em 1988, o executivo transferiu a gestão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS, futuro Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, após fusão em 1990 com Instituto Nacional de Previdência Social - INPS) para o Ministério da Fazenda, gerando duros protestos por parte dos Constituintes, que viam naquela manobra uma forma de se desvirtuar recursos destinados à previdência para outros gastos do governo. Ainda ao final daquele mandato presidencial, o governo não cumpriu diversas determinações da Constituição, como a criação da lei que organizaria a seguridade social e o estabelecimento do orçamento da seguridade. Em vez disso, preferiram tomar medidas no sentido de fragmentar a seguridade, a partir de leis setoriais para a previdência e saúde, por exemplo. Adotaram ações que levaram à captura de recursos constitucionais vinculados ao Orçamento da Seguridade Social para o financiamento do déficit público, não cumpriram a obrigatoriedade constitucional de transferência de recursos fiscais para financiar a seguridade e, segundo Azeredo (1990), mais da metade da receita prevista como arrecadação da COFINS em 1989 foi destinada ao pagamento dos inativos e pensionistas da União, medida inconstitucional.

Só em 1991, a Lei Orgânica da Seguridade Social (8.212/91) veio à luz, seguida da Lei 8.213, também de 1991, que tratou dos planos de benefícios da previdência social.

Nos últimos 20 anos, tivemos uma série de reformas previdenciárias de diferentes envergaduras, cujo objeto foi tanto o regime geral quanto do regime próprio dos servidores públicos federais. As mais importantes sendo as Emendas Constitucionais n. 20/98, 41/2003, 47/2005, 70/2012, mas também vale mencio-

about the creation of the complementary pension of civil servants from the three governmental spheres, the Complementary Social Welfare Fund for Civil Servants (FUNPESP), and Law 13,134/15 that refers, among other issues, to changes in the insurance closures of artisanal fishermen. More recently, the current government unsuccessfully tried to approve a constitution amendment to effect significant changes in the retirement rules of the RGPS and in the Special Social Welfare Policies (RPPS), though it did not deal with the issue of military pensions, which account for one of the highest expenditure per capita in the civil service.

At first glance, the recent controversies about the social security reform seem to refer only to fiscal aspects of security accounts and their future sustainability, considering the demographic changes in our country. Nevertheless, to a certain extent, they correspond to concepts of State and Nation that have been conflicting since the National Constitutional Assembly and that become visible in the value given to social inequality in Brazil, mainly regarding the role that the public administration can play in social protection.

In 1988, social security benefits did not even reach 1.5 million Brazilians and, as we have seen, they managed to cover more than 33 million persons in 2016. With reference to fiscal aspects, the so-called primary result of social security accounts – the difference between net collection and the payment of benefits – has been used by the market and by the government as an indicator of the need of changing concession rules and the value of benefits aiming at balancing the accounts of the segment. That criterion leads to a systematic deficit in social security, which reached R\$149 billion in 2016.

It should be highlighted, that, for the security budget set in the 1988 Constitution the funding sources do not come exclusively from its own benefit collection and, for that reason, speaking of a shortfall of social security accounts does not make sense if we consider direct collection exclusively for social security. In this respect, in the end of 2017, the Senate, having the final report of the Parliamentary Inquiry Committee for Social Security (CPIPREV) (BRASIL, [2017]) showed that, according to the Social Security Organic Law, “it is technically possible to state that there is no Social Security Deficit and that a possible negative result must be seen from the perspective of the aggregated system of public accounts”, since the Federal Government is responsible for the coverage of any insufficiency that might be observed (BRASIL, 1960).

nar a Lei 12.618/12 que cria a previdência complementar do servidor público federal dos três poderes, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP), e a Lei 13.134/15 que trata, dentre outras medidas, das alterações no seguro defeso do pescador artesanal. Mais recentemente, o atual governo tentou aprovar, sem sucesso, uma emenda constitucional que alterava substancialmente as regras para a aposentadoria no RGPS e Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ainda que não tocasse no problema das pensões dos militares, um dos maiores gastos *per capita* dentre os servidores públicos.

As polêmicas recentes sobre a reforma da previdência parecem, à primeira vista, dizer respeito estritamente a aspectos fiscais das contas da seguridade e sua sustentabilidade futura, frente às mudanças no perfil demográfico de nosso país. Mas, em certa medida, correspondem a concepções de Estado e Nação que estavam em conflito já na Assembleia Nacional Constituinte e que se expressam no valor dado ao combate à desigualdade social no Brasil, particularmente ao papel que o poder público possa cumprir na proteção social.

Em 1988, o número de benefícios previdenciários não chegava a 1,5 milhão de brasileiros e, como vimos, chegou em 2016 a mais de 33 milhões de pessoas. No que se refere aos seus aspectos fiscais, o chamado resultado primário das contas da previdência – a diferença entre a arrecadação líquida e os pagamentos de benefícios – tem sido utilizado pelo mercado e pelo governo como indicadores da necessidade de se alterar as regras de concessões e o valor dos benefícios no sentido equilibrar as contas previdenciárias. Por esse critério, o resultado previdenciário é sistematicamente deficitário: chegando a um déficit de R\$149 bilhões de reais em 2016.

Entretanto, ressalta-se, o orçamento da seguridade estabelecido na Constituição de 1988 define que suas fontes de financiamento não são oriundas exclusivamente da arrecadação própria de benefícios, e, portanto, não faz sentido tratar de “rombo” das contas de previdência contabilizando-se exclusivamente a arrecadação previdenciária direta. Nesse sentido, no final da 2017, o Senado Federal, através do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social (CIPREV) (BRASIL, [2017]) mostrou que, segundo a própria Lei Orgânica da Previdência Social, “tecnicamente, é possível afirmar com convicção que inexistente déficit da Previdência Social ou da Seguridade Social, e que o eventual resultado negativo deve ser observado sobre o prisma do conjunto

As a result, the Senate did not ignore the negative primary social security results, but it considered that indicator legally inadequate to support reform proposals, as it does not take into consideration constitutionally established sources of revenue, besides not counting the R\$500 billion withdrawn from social security accounts (SE GOVERNO..., 2017). Unbinding of the Union Revenue (DRU), though, according to the government, there has been thorough replacement of the resources subtracted by means of this mechanism since 2010.

Another important result from the CPI was to show that deficit projections for the future are biased; they are based on unreal premises, mainly in a raise of the minimum wage significantly above inflation for about 40 years, besides a mediocre economic growth in the future, not above 2% per year. It is possible to simulate that with realistic suppositions – raise of the minimum wage according to the national consumer price index, for example – a sustainable social security system, in which expenses related to the GDP will decrease fast, regardless of the population's aging.

Differently from other countries in the world, Brazil has managed to build a reasonable social protection system that ensures that a big part of four population will not be living in extreme poverty. Pressures from the market aiming at the reduction of social expenses for paying the public debt and the privatization of services have been at the center of the discussion in the 30-year history of our Constitution. That is an ongoing fight in the Brazilian society. For that reason, getting to know the figures is a good strategy for the maintenance of a public and sustainable social security.

References

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2016. Brasília, DF: Dataprev, v. 23, [2017]. Available from: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>>. Cited: Apr 2018.

AZEREDO, B. *Da previdência à seguridade: os perigos da transição*. Rio Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 1990. (Textos para discussão, n. 228).

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Contabilidade da Previdência Social, Esclarecendo com Precisão as Receitas e Despesas do Sistema, bem como Todos os Desvios de Recursos (CPIPREV). *Relatório Final*. Brasília,

agregado das contas públicas”, já que a União é a responsável pela cobertura de eventuais insuficiências (BRASIL, 1960).

Com isso, o Senado não ignorou os resultados negativos do resultado primário da previdência, mas na realidade afirma que esse indicador é legalmente inadequado para balizar as propostas de reformas, à medida que ignora fontes de receita constitucionalmente estabelecidas, além de não contabilizar cerca de R\$500 bilhões de reais retirados das contas da previdência (SE GOVERNO..., 2017). Desvinculação de Receitas da União (DRU), ainda que segundo o governo, a partir de 2010, tenha havido uma reposição completa dos recursos subtraídos por tal mecanismo.

Outro resultado importante da CPI foi mostrar que as projeções de déficit futuro do governo são enviesadas, pois se baseiam em pressupostos irreais, particularmente um aumento do salário mínimo muito acima da inflação por cerca de 40 anos, além de um crescimento econômico futuro medíocre, não chegando a 2% ao ano em média. É possível simular com pressupostos mais realistas – reajustes do salário-mínimo seguindo o índice nacional de preços ao consumidor, por exemplo – um sistema previdenciário sustentável, onde os gastos previdenciários em relação ao PIB decresçam rapidamente, não obstante o envelhecimento da população.

O Brasil conseguiu construir, na contramão do mundo, um sistema de proteção social razoável, que garante com que boa parte de nossa população não viva na pobreza extrema. As pressões do mercado pela diminuição dos gastos sociais em prol do pagamento de juros da dívida pública e privatização de serviços tem sido a tônica dos 30 anos de existência da Constituição de 1988. Essa disputa está em curso na sociedade brasileira e conhecer os números é um bom caminho para a manutenção da previdência pública e sustentável.

Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2016. Brasília, DF: Dataprev, v. 23, [2017]. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>>. Acesso em: abr. 2018.

AZEREDO, B. *Da previdência à seguridade: os perigos da transição*. Rio Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 1990. (Textos para discussão, n. 228).

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Contabilidade da Previdência Social, Esclarecendo com

DF: Senado Federal, [2017]. 304 p. Available from: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2093&tp=4>>. Cited: Apr 2018.

_____. Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 1960. Seção 1, p. 12157. Available from: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3807-26-agosto-1960-354492-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Cited: Apr 2018.

PESSOA idosa e previdência social: demografia, mercado de trabalho e proteção social. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria da Previdência, 2017. 35 p. Available from: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Previd%C3%AAncia-Social-e-pessoas-idosas.pdf>>. Cited: Apr 2018.

POBREZA entre idosos é menor do que entre não-idosos, diz IPEA. *G1*, Rio de Janeiro, 21 fev. 2013. Economia. Available from: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/02/pobreza-entre-idosos-e-menor-do-que-entre-nao-idosos-diz-ipea.html>>. Cited: Apr 2018.

SE GOVERNO não tomasse dinheiro da Previdência, não existiria déficit, diz presidente da Anfip. Brasília, DF: Anfip, 2017. Notícia de 07 mar. 2017. Available from: <https://www.anfip.org.br/noticia.php?id_noticia=21427>. Cited: Apr 2018.

VILLAS BÔAS, B.; GUIMARÃES, L. Na Grande SP, a pobreza extrema cresce 35% em um ano. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 25 abr. 2018. Brasil. Available from: <<http://www.valor.com.br/brasil/5480737/na-grande-sp-pobreza-extrema-cresce-35-em-um-ano>>. Cited: Apr 2018.

Translated by: Aline Milani Romeiro Pereira

Precisão as Receitas e Despesas do Sistema, bem como Todos os Desvios de Recursos (CPIPREV). *Relatório Final*. Brasília, DF: Senado Federal, [2017]. 304 p. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2093&tp=4>>. Acesso em: abr. 2018.

_____. Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 1960. Seção 1, p. 12157. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3807-26-agosto-1960-354492-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: abr. 2018.

PESSOA idosa e previdência social: demografia, mercado de trabalho e proteção social. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Secretaria da Previdência, 2017. 35 p. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Previd%C3%Aancia-Social-e-pessoas-idosas.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

POBREZA entre idosos é menor do que entre não-idosos, diz IPEA. *G1*, Rio de Janeiro, 21 fev. 2013. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/02/pobreza-entre-idosos-e-menor-do-que-entre-nao-idosos-diz-ipea.html>>. Acesso em: abr. 2018.

SE GOVERNO não tomasse dinheiro da Previdência, não existiria déficit, diz presidente da Anfp. Brasília, DF: Anfp, 2017. Notícia de 07 mar. 2017. Disponível em: <https://www.anfp.org.br/noticia.php?id_noticia=21427>. Acesso em: abr. 2018.

VILLAS BÔAS, B.; GUIMARÃES, L. Na Grande SP, a pobreza extrema cresce 35% em um ano. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 25 abr. 2018. Brasil. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5480737/na-grande-sp-pobreza-extrema-cresce-35-em-um-ano>>. Acesso em: abr. 2018.

Tabela 5.1 - Recebimentos e pagamentos da Previdência Social - 2005-2016
Table 5.1 - Social Security revenues and payments - 2005-2016

Recebimentos e pagamentos (1 000 000 R\$)/Revenues and payments (1,000,000 R\$)						
Ano/ Year	Arrecadação bruta/ Gross revenue	Arrecadação própria/ Contributions	Arrecadação de outras entidades/ Other entities' revenue (1)	Arrecadação líquida/ Net revenue (2)	Pagamento de benefícios do RGPS/ Payment of RGPS benefits	Resultado primário/ Social security balance (3)
2005	172 720	115 956	7 521	108 435	146 010	(-) 37 575
2006	201 757	133 015	9 495	123 520	165 585	(-) 42 065
2007	216 489	153 788	13 377	140 411	185 293	(-) 44 882
2008	243 831	180 346	16 990	163 356	199 562	(-) 36 206
2009	273 524	200 618	18 609	182 009	224 876	(-) 42 867
2010	312 641	233 513	21 545	211 968	254 859	(-) 42 891
2011	351 545	271 406	25 514	245 892	281 438	(-) 35 546
2012	396 684	304 881	29 116	275 765	316 590	(-) 40 825
2013	431 684	340 004	32 857	307 147	357 003	(-) 49 856
2014	471 807	374 017	36 514	337 503	394 201	(-) 56 698
2015	388 477	(4) 351 821	37 865	350 272	436 090	(-) 85 818
2016	396 996	(5) 361 384	38 577	358 137	507 871	(-) 149 734

Fonte/Source: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

(1) A conta Arrecadação própria no ano de 2016 considera as rubricas Arrecadação bancária, Arrecadação GPS Intra-SIAFI, Arrecadação DARF e Arrecadação compensação./The Contributions account in the year of 2016 comprises the items Bank payments, Intra-SIAFI GPS payments, DARF payments and Clearing payments. (2) A conta Arrecadação própria no ano de 2015 considera as rubricas Arrecadação GPS, Arrecadação DARF e Arrecadação compensação./The Contributions account in the year of 2015 comprises the items GPS payments, DARF payments and Clearing payments. (3) A conta Arrecadação de outras entidades engloba Transferências a Terceiros (Repasse de Outras Entidades) e Taxa de Administração sobre Outras Entidades./The Other entities' revenue account includes Transfers to Third Parties (Transfers of Other Entities) and Administration Fees charged on Other Entities. (4) A conta Arrecadação Líquida, para os anos anteriores a 2015, corresponde à diferença entre a Arrecadação própria e a Arrecadação de outras entidades; para o ano de 2015, Arrecadação Bruta menos a soma de Arrecadação de outras entidades e Restituições./For the years prior to 2015, the Net Revenue account corresponds to the difference between Contributions and Other entities' revenue; for 2015, it corresponds to Gross revenue less the sum of Other entities's revenue and Restitutions. (5) A conta Resultado Primário corresponde à diferença entre a Arrecadação líquida e o Pagamento de benefícios do RGPS./ Social security balance corresponds to the difference between Net Revenue and Payment of RGPS benefits.

Tabela 5.2 - Distribuição dos benefícios ativos, urbano e rural - 2013-2016
Table 5.2 - Distribution of active benefits: urban and rural - 2013-2016

Benefícios/ <i>Benefits</i>	2013	2014	2015	2016
Total/ <i>Total</i>	31 028 250	32 028 710	32 658 862	33 596 830
Urbano/ <i>Urban</i>	21 980 637	22 774 297	23 295 036	24 120 417
Previdenciários/ <i>Social security</i>	17 069 525	17 706 670	18 136 061	18 823 423
Aposentadorias/ <i>Retirement pensions</i>	10 788 462	11 231 112	11 617 192	12 173 615
Pensões por morte/ <i>Survivor pensions</i>	4 904 697	5 018 901	5 101 580	5 214 324
Auxílios/ <i>Cash aid</i>	1 309 928	1 390 098	1 368 908	1 391 795
Outros/ <i>Others</i>	66 438	66 559	48 381	43 689
Assistenciais/ <i>Welfare</i>	4 095 090	4 244 544	4 346 952	4 497 774
Amparos assistenciais/ <i>Income assistance</i>	3 975 413	4 137 995	4 251 726	4 414 323
Rendas mensais vitalícias/ <i>Lifelong monthly income</i>	107 351	94 845	84 091	72 885
Outros/ <i>Others</i>	12 326	11 704	11 135	10 566
Acidentários/ <i>Work-related injuries</i>	804 389	811 849	801 193	788 932
Aposentadorias/ <i>Retirement pensions</i>	171 186	177 644	182 108	186 964
Pensões por morte/ <i>Survivor pensions</i>	116 216	114 187	112 097	109 838
Auxílios/ <i>Cash aid</i>	516 987	520 018	506 988	492 130
Encargos Previdenciários da União - EPU/ <i>Treasury Owed Pensions - EPU</i>	11 633	11 234	10 830	10 288
Rural/ <i>Rural</i>	9 047 613	9 254 413	9 363 826	9 476 413
Previdenciários/ <i>Social security</i>	8 920 967	9 137 399	9 256 541	9 378 626
Aposentadorias/ <i>Retirement pensions</i>	6 460 330	6 614 693	6 714 443	6 795 840
Pensões por morte/ <i>Survivor pensions</i>	2 261 015	2 305 020	2 328 243	2 350 498
Auxílios/ <i>Cash aid</i>	187 319	206 480	207 391	226 281
Outros/ <i>Others</i>	12 303	11 206	6 464	6 007
Assistenciais/ <i>Welfare</i>	93 228	83 550	75 182	65 597
Amparos assistenciais/ <i>Income assistance</i>	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias/ <i>Lifelong monthly income</i>	93 228	83 550	75 182	65 597
Outros/ <i>Others</i>	-	-	-	-
Acidentários/ <i>Work-related injuries</i>	33 418	33 464	32 103	32 190
Aposentadorias/ <i>Retirement pensions</i>	11 936	12 400	12 626	12 883
Pensões/ <i>Survivor pensions</i>	4 139	4 058	3 985	3 898
Auxílios/ <i>Cash aid</i>	17 343	17 006	15 492	15 409

Fonte/Source : Empresa de Tecnologia e Informações Tecnológicas (Dataprev).

Tabela 5.3 - Benefícios concedidos pela Previdência Social - 2013-2016*Table 5.3 - Benefits granted by Social Security - 2013-2016*

Benefícios/ <i>Benefits</i>	2013	2014	2015	2016
Total/Total	5 207 629	5 211 030	4 344 701	5 132 451
Previdenciários/ <i>Social security</i>	4 513 432	4 554 542	3 843 040	4 532 396
Aposentadorias/ <i>Retirement pensions</i>	1 162 345	1 150 880	1 058 151	1 263 974
Idade/ <i>Old age</i>	654 523	645 687	575 841	662 366
Invalidez/ <i>Disability</i>	193 562	189 651	161 850	169 575
Tempo de contribuição/ <i>Length of contribution</i>	314 260	315 542	320 460	432 033
Pensões por morte/ <i>Survivor pensions</i>	414 675	409 245	365 262	410 533
Auxílio-doença/ <i>Sick pay</i>	2 273 074	2 328 151	1 828 337	2 190 808
Salário-maternidade/ <i>Maternity pay</i>	628 409	631 687	561 451	631 287
Outros/ <i>Others</i>	34 929	34 579	29 839	35 794
Assistenciais/ <i>Welfare</i>	355 509	343 990	279 014	347 971
Amparos assistenciais - LOAS/ <i>Income assistance</i>	355 165	343 669	278 683	347 672
Idoso/ <i>Old age</i>	169 138	160 204	141 985	164 720
Portador de deficiência/ <i>Impaired people</i>	186 027	183 465	136 698	182 952
Pensões mensais vitalícias/ <i>Lifelong monthly pensions</i>	344	321	331	299
Rendas mensais vitalícias/ <i>Lifelong monthly income</i>	-	-	-	-
Idoso/ <i>Old age</i>	-	-	-	-
Invalidez/ <i>Impaired people</i>	-	-	-	-
Acidentários/ <i>Work-related injuries</i>	338 122	312 192	222 450	251 911
Aposentadorias/ <i>Retirement pensions</i>	11 655	10 877	8 782	9 220
Pensão por morte/ <i>Survivor pensions</i>	497	412	368	393
Auxílio-doença/ <i>Sick pay</i>	304 217	279 868	196 761	223 668
Auxílio-acidente/ <i>Injury benefit</i>	21 563	20 883	16 399	18 513
Auxílio-suplementar/ <i>Supplemental security income</i>	190	152	140	117
Encargos Previdenciários da União - EPU/ <i>Treasury Owed Benefits - EPU</i>	566	306	197	173

Fonte/Source : Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).

Tabela 5.4 - Quantidade de pessoas físicas contribuintes do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, por categoria - 2006-2016
Table 5.4 - Number of individuals contributing to the General Social Security System - RGPS, by category - 2006-2016

Ano/ Year	Total/ Total	Empregado/ Employee	Outro contribuinte/ Other contributor	Empregado e outro contribuinte/ Employee and other contributor
2006	46 676 737	36 158 570	9 262 079	1 256 088
2007	49 936 338	38 788 600	9 710 280	1 437 458
2008	53 964 928	42 076 251	10 235 457	1 653 220
2009	55 877 835	43 439 321	10 684 737	1 753 777
2010	60 197 924	46 683 012	11 548 708	1 966 204
2011	64 109 870	49 508 175	12 428 273	2 173 422
2012	67 246 063	51 609 519	13 333 407	2 303 137
2013	69 660 344	52 948 129	13 899 578	2 812 637
2014	71 339 903	53 760 776	14 714 775	2 864 352
2015	69 635 082	52 070 934	14 978 934	2 585 214
2016	66 775 159	49 198 677	15 396 254	2 180 228

Fonte/Source : Anuário estatístico da previdência social 2016. Brasília, DF: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, v. 23, 2016. Disponível em/Available from: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>. Acesso em: abr. 2018/Cited: Apr 2018.

Notas/Notes: 1. Os dados de 2013, 2014 e 2015 foram atualizados./The 2013, 2014 and 2015 data were updated. 2. Os dados de 2015 e 2016 são preliminares, e serão atualizados no AEPS 2017./The 2015 and 2016 data are preliminary and will be updated in the 2017 AEPS.